



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS**



CHARLESSON BEZERRA DA SILVA

**POLÍTICAS EDUCACIONAIS: O IDEB COMO CAMINHO PARA UMA
EDUCAÇÃO DE QUALIDADE EM MACEIÓ-AL?**

**MACEIÓ-AL
2025**

CHARLESSON BEZERRA DA SILVA

**POLÍTICAS EDUCACIONAIS: O IDEB COMO CAMINHO PARA UMA
EDUCAÇÃO DE QUALIDADE EM MACEIÓ-AL?**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial
para a obtenção do título de
Licenciatura em Ciências Sociais pelo
Instituto de Ciências Sociais (ICS) da
Universidade Federal de Alagoas –
UFAL. Sob a orientação do Prof. Dr.
Júlio Cezar Gaudêncio da Silva

MACEIÓ-AL

2025

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

CHARLESSON BEZERRA DA SILVA

**POLÍTICAS EDUCACIONAIS: O IDEB COMO CAMINHO PARA UMA
EDUCAÇÃO DE QUALIDADE EM MACEIÓ-AL?**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado no dia 28/11/2025, como
requisito parcial para a obtenção do
título de Licenciatura em Ciências
Sociais pelo Instituto de Ciências
Sociais (ICS) da Universidade Federal
de Alagoas – UFAL. Sob a orientação
do Prof. Dr. Júlio Cezar Gaudêncio da
Silva

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **JULIO CEZAR GAUDENCIO DA SILVA**
Data: 20/02/2026 10:19:49-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Júlio Cezar Gaudêncio da Silva
(Orientador)
Universidade Federal de Alagoas

Documento assinado digitalmente
 **JORDANIA DE ARAUJO SOUZA GAUDENCIO**
Data: 23/01/2026 13:55:22-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Jordânia de Araújo Souza
(Banca examinadora) ¹
Universidade Federal de Alagoas

Documento assinado digitalmente
 **FERNANDA FEIJÓ**
Data: 12/02/2026 12:19:38-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Profa. Dra. Fernanda Feijó
(Banca examinadora) ²
Universidade Federal de Alagoas

MACEIÓ-AL

2025

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, **Marciane Bezerra da Silva, Jânio Martins da Silva**, e à minha amada avó **Maria de Lourdes**, por travarem a árdua tarefa de educar.

Ao meu orientador, **Júlio**, pela excelente orientação e pela mentoria oferecida desde o início do curso. À **Fernanda Feijó**, que entre o café e os risos no Programa Residência Pedagógica, me deu tantos conselhos, e grandes reflexões. À Profa. **Jordânia**, por sua disponibilidade e por tantos ensinamentos, sua saída do ICS deixou um vazio enorme

Ao **Rudson**, que há seis anos me dá suporte com dedicação, e com clareza me direciona para os bons caminhos.

À **Michele e Welde**, os meus de fé, que caminham comigo mesmo com as adversidades da vida, obrigado por tanto zelo.

À minha segunda mãe, **Maria Elias**, pelas sábias palavras, pelas alegrias, pelos conselhos enriquecedores. À minha “titia” do coração, minha **Clau-clau**, pelos conselhos e reflexões que me auxiliaram no meu processo de formação enquanto ser social neste mundo. E não se esqueça: o sol sempre nascerá na fazendinha.

À **Joseane** das “normas” e **Dona Cahet**, grandes mulheres cujo intelectual serve como norte para qualquer pessoa sábia. Às meninas da Secretaria Municipal de Educação, em especial da **Coordenadoria Técnica Geral de Informação e Estatística Educacional**: Heloísa, Almira de Traipu, Elisabete, Ziltinha, Simone Marinho, Flávia Guerra, Tatiane e Kakau Kay.

Ao **Ademir Oliveira**, admirável, inteligente e um grande mestre das reflexões e análises. Ao **Adelson Gomes**, o “cabra” mais inteligente que conheço de União dos Palmares, grato pelo olhar crítico.

À **Tayse Roque, Ângela Azevedo e Ecclesia**, grandes mulheres cujas palavras são sempre uma inspiração para cada um que precisa de conforto, e a garra de cada uma é o que me motiva.

À **Aryanne, Thiago e Nycholas**, meus grandes aliados acadêmicos. À minha querida **Maia**, pequena grande mulher, sábia e minha primeira monitora de sociologia, obrigado por tanto.

Ao **Gabriel**, aliado importante da minha trajetória, preservo com apreço as conversas, reflexões e o afeto compartilhado, desejando-lhe com grande afago, sucesso.

Sem ponto, sem vírgula, sem meia, descalça

Descascou o medo pra caber coragem

Sem calma, sem nada, sem ar

(Liniker, 2021).

POLÍTICAS EDUCACIONAIS: O IDEB COMO CAMINHO PARA UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE EM MACEIÓ-AL?

RESUMO

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) é um dos principais instrumentos de avaliação da educação básica no Brasil, amplamente utilizado na formulação de políticas públicas, embora seja alvo de críticas quando empregado como parâmetro exclusivo de qualidade, sobretudo em contextos de desigualdade social. Nesse sentido, este estudo analisa o comportamento do IDEB nos Anos Finais do Ensino Fundamental da rede municipal de Maceió-AL, entre 2021 e 2023, investigando sua relação com a qualidade da educação e com as políticas educacionais implementadas no município. A pesquisa adota abordagem quantitativa e qualitativa, com base na análise de dados do IDEB, do Censo Escolar e de indicadores de fluxo escolar, além de revisão bibliográfica especializada. Os resultados apontam avanços pontuais, mas revelam fragilidades expressivas, destacando-se o fato de que cerca de 40% das escolas não pontuaram no IDEB 2023 e que algumas unidades apresentaram queda de desempenho. Conclui-se que o IDEB é um instrumento relevante, porém limitado quando não articulado a políticas de monitoramento contínuo, gestão pedagógica consistente e ações intersetoriais voltadas à redução das desigualdades educacionais.

Palavras-chave: IDEB. Ensino. Políticas Educacionais. Indicadores. Qualidade.

ABSTRACT

The Basic Education Development Index (IDEB) is one of the main instruments for evaluating basic education in Brazil and is widely used in public policy formulation, although it has been criticized when applied as an exclusive measure of educational quality, especially in socially unequal contexts. In this regard, this study analyzes the behavior of IDEB in the Final Years of Elementary Education within the municipal school system of Maceió, Alagoas, from 2021 to 2023, examining its relationship with educational quality and local educational policies. The research adopts a quantitative and qualitative approach, based on the analysis of IDEB data, School Census information, student flow indicators, and a specialized literature review. The results indicate punctual improvements but reveal significant weaknesses, notably that approximately 40% of the schools did not generate IDEB scores in 2023 and that some schools experienced performance declines. It is concluded that while IDEB is a relevant diagnostic tool, it is limited when not combined with continuous monitoring, consistent pedagogical management, and intersectoral policies aimed at reducing educational inequalities.

Keywords: IDEB. Education. Educational Policies. Indicators. Quality.

1. INTRODUÇÃO

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) tem se destacado como uma ferramenta fundamental para avaliar a qualidade do ensino

nas escolas brasileiras. Desde sua implementação em 2007, o IDEB tem sido utilizado como um indicador-chave para medir o desempenho educacional, tanto em níveis estaduais quanto municipais. Em um contexto político, esse índice adquire uma relevância particular, pois se torna um elemento crucial nas campanhas eleitorais, onde os candidatos frequentemente o utilizam como um meio de demonstrar suas propostas e realizações na área da educação. Neste trabalho, será investigado o papel do IDEB como ferramenta de qualidade da educação básica entre os anos de 2021 a 2023, com foco nos Anos Finais da educação municipal do Ensino Fundamental, na cidade de Maceió. Esta última, como capital do estado de Alagoas e um importante centro urbano.

Por meio da análise dos Indicadores Educacionais e dos dados do Censo Escolar, especificamente o IDEB e seus dados ao longo desse período, buscamos responder às seguintes questões norteadoras: (1) O IDEB em Maceió-AL se apresenta como fator importante quanto à qualidade da educação municipal ou funciona apenas como ferramenta técnica bianual? (2) De que maneira os dados do IDEB são utilizados pela Secretaria Municipal de Educação? (3) Há transparência pública no uso dessas notas para a população? (4) Como ocorrem a formação e a transmissão de orientações aos gestores escolares sobre políticas relacionadas ao IDEB? Este conjunto de perguntas orienta tanto a análise documental quanto a comparação estatística entre escolas, permitindo que o estudo articule aspectos quantitativos (notas e fluxos) e qualitativos (gestão, políticas, transparência e práticas escolares).

No âmbito da educação municipal de Maceió existem 157 unidades escolares, sendo 20 de Ensino Fundamental II. O recorte metodológico voltado exclusivamente para essa etapa é justificado por sua posição estratégica como transição para o Ensino Médio. Essa fase concentra desafios como maiores índices de evasão, aumento das dificuldades acumuladas e mudanças no perfil da docência, fatores que impactam diretamente o IDEB. Assim, trabalhar com o Fundamental II permite compreender gargalos estruturais e pedagógicos quando o estudante se prepara para a educação de nível médio. A revisão bibliográfica foi conduzida por meio de uma extensa busca em bases de dados acadêmicos, como Scopus, Web of Science, PubMed e Google Scholar, e no Repositório RIO/UFAL, utilizando termos relacionados ao “IDEB”, “educação básica”, “políticas educacionais” e “desempenho escolar”. Foram selecionados artigos,

teses, dissertações e outros tipos de publicações relevantes que abordassem de maneira direta ou relacional, o tema em questão.

O estudo evidencia que o IDEB, embora amplamente utilizado como indicador da qualidade da educação básica, apresenta limitações significativas quando analisado isoladamente, sobretudo em contextos marcados por desigualdades socioeconômicas e fragilidades estruturais. Os resultados demonstram que a rede municipal de Maceió enfrenta desafios que vão além do desempenho em avaliações padronizadas, como a elevada proporção de escolas que não pontuaram no IDEB 2023, a instabilidade nos resultados de unidades que anteriormente apresentavam trajetórias mais consistentes e a fragilidade no monitoramento das políticas educacionais. Tais elementos indicam que a elevação dos indicadores não garante, por si só, melhoria efetiva da aprendizagem.

A análise dos dados revela, ainda, que problemas relacionados ao fluxo escolar como: evasão, reprovação e ausência de estudantes nas avaliações externas impactam diretamente a produção dos indicadores e comprometem o diagnóstico da qualidade educacional. A ausência de pontuação em parte significativa das escolas evidencia falhas na gestão educacional e na capacidade institucional de assegurar a participação plena dos estudantes nos processos avaliativos. Dessa forma, o IDEB acaba por invisibilizar realidades escolares mais vulneráveis, reforçando a necessidade de políticas públicas que considerem dimensões qualitativas e territoriais da educação.

No que se refere à estrutura do artigo, a introdução apresenta o contexto de consolidação do IDEB no cenário educacional brasileiro com foco na cidade de Maceió, o problema de pesquisa, os objetivos do estudo e as questões norteadoras que orientam a investigação. Em seguida, o referencial teórico discute o IDEB enquanto instrumento de avaliação, suas potencialidades e limites, além de abordar o debate sobre políticas públicas educacionais, gestão escolar e monitoramento, fundamentando a análise a partir de autores da área da educação e das Ciências Sociais. A parte metodológica descreve os procedimentos adotados na pesquisa, detalhando o recorte temporal, o universo analisado, as fontes de dados e os critérios utilizados para a análise quantitativa e qualitativa. Na sequência, a seção de análise e discussão apresenta os resultados referentes ao IDEB, ao fluxo escolar e às políticas educacionais

implementadas no município de Maceió, articulando dados empíricos e literatura especializada. Por fim, as considerações finais retomam os principais achados do estudo, reforçam as conclusões e apontam a necessidade de fortalecimento do monitoramento das políticas educacionais e da construção de estratégias mais eficazes, que possam subsidiar a garantia ao direito à educação.

2. DISCUSSÃO

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) é uma ferramenta de avaliação criada pelo governo brasileiro em 2007 com o objetivo de medir a qualidade do ensino oferecido nas escolas públicas do país. Desenvolvido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o IDEB combina informações sobre o desempenho dos estudantes em exames padronizados com dados sobre a taxa de aprovação nas séries iniciais do ensino fundamental e a taxa de aprovação nos anos finais desse mesmo ciclo. A Nota Técnica do Ideb, informa que:

Indicadores educacionais como o Ideb são desejáveis por permitirem o monitoramento do sistema de ensino do País. Sua importância, em termos de diagnóstico e norteamiento de ações políticas focalizadas na melhoria do sistema educacional, está em: a) detectar escolas e/ou redes de ensino cujos alunos apresentem baixa performance em termos de rendimento e proficiência; b) monitorar a evolução temporal do desempenho dos alunos dessas escolas e/ou redes de ensino. (Nota Técnica, 2007).

A metodologia de cálculo do IDEB envolve a aplicação de testes de proficiência em língua portuguesa e matemática para alunos do 5º e 9º ano do Ensino Fundamental. Os resultados desses testes, juntamente com as taxas de aprovação, são utilizados para calcular uma média ponderada, que varia de 0 a 10. Quanto mais próximo de 10 for o IDEB de uma escola ou rede de ensino, melhor é considerada a qualidade do ensino oferecido.

O valor do Ideb cresce com melhores resultados do aprendizado dos alunos e cai se as taxas de aprovação também caem. Um dos motivos da grande respeitabilidade que o Ideb obteve é o fato de agregar, em um único indicador, uma medida de desempenho e outra de rendimento, dimensões fundamentais para uma análise relevante de sistemas de educação básica. (Soares; Xavier, 2013, p. 4).

Estatisticamente, o IDEB apresenta limitações discutidas na literatura, como apontam Soares & Xavier (2013), a padronização tende a favorecer a proficiência em Matemática, que geralmente possui valores médios mais altos, influenciando o indicador final. Além disso, a exclusão de alunos ausentes na Prova Brasil introduz viés, pois escolas podem selecionar sua amostra, afetando a confiabilidade do índice. Outro ponto relevante é a alta correlação entre IDEB e nível socioeconômico, sinalizando que diferenças de desempenho podem refletir desigualdades sociais mais do que eficácia escolar. Tais limitações tornam necessária uma leitura crítica do indicador, que não deve ser usado como única medida de qualidade.

O IDEB é calculado a cada dois anos para escolas, redes de ensino, municípios, estados e para o país como um todo. Essa periodicidade permite acompanhar a evolução da qualidade da educação ao longo do tempo e identificar tendências e desafios a serem enfrentados.

Desde 2005, têm sido desenvolvidos no Brasil indicadores que sintetizam, de formas diferentes, duas dimensões essenciais do direito à educação: a permanência e o aprendizado. O mais importante deles é o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), que se tornou a bússola da educação básica brasileira. Um conjunto de alunos com um IDEB baixo não tem seu direito à educação atendido. (Soares; Castilho; Ernica, 2019, p. 04).

Desde sua implementação, o IDEB tem sido uma importante ferramenta de gestão educacional, orientando políticas públicas e direcionando recursos para as áreas mais carentes. Além disso, o IDEB permite a comparação entre diferentes unidades federativas e municípios, incentivando a transparência e o compartilhamento de boas práticas como caminho para a melhoria contínua da educação. O IDEB é calculado pela seguinte fórmula central:

$$\text{IDEB} = \text{Desempenho} \times \text{Rendimento}$$

O desempenho é dado pela proficiência média padronizada, obtida via transformação linear:

$$\text{Proficiência Padronizada} = 10 \times \frac{\text{Proficiência Observada} - \text{Limite Inferior}}{\text{Limite Superior} - \text{Limite Inferior}}$$

O rendimento é calculado pela média harmônica das taxas de aprovação:

$$\text{Rendimento} = \frac{n}{\sum \left(\frac{1}{\text{Taxa de aprovação}_i} \right)}$$

Onde n é o número de séries da etapa avaliada. Assim, mesmo pequenas quedas na aprovação produzem forte impacto no IDEB, pois o inverso das taxas aumenta rapidamente à medida que cresce a repetência. Além do cálculo anual, o INEP utiliza uma função logística para projetar metas intermediárias. A nota técnica apresenta a fórmula:

$$\text{IDEB}_{it} = \frac{1}{1 + \left(\frac{10 - \text{IDEB}_0}{\text{IDEB}_0} \right) e^{-\gamma_i t}}$$

Onde t é o tempo para a meta, IDEB_0 é o IDEB inicial e γ_i é o esforço necessário que cada rede/município deve fazer para alcançar as metas projetadas. Essa função representa a ideia de crescimento desacelerado: quanto maior o IDEB, menor a variação esperada ao longo do tempo. No entanto, conforme já sinalizado anteriormente, o IDEB não está isento de críticas. Alguns especialistas questionam a capacidade do índice de capturar a complexidade da realidade educacional brasileira, argumentando que ele privilegia aspectos quantitativos em detrimento de aspectos qualitativos. Segundo Soares e Xavier (2013), o IDEB apresenta algumas limitações, tais como:

1. Limitações de confiabilidade - A exclusão dos alunos ausentes na Prova Brasil permite que as escolas filtrem os participantes, favorecendo seus resultados;
2. Metodologia - Há substituições indevidas, pois o bom desempenho de alguns, pode limitar o rendimento dos outros;
3. Escala - A média do IDEB seja de 0 a 10, as médias se concentram entre 3 e 6, tornando a nota 6 bastante simplória se comparada com as médias regulares do padrão escolar;
4. Nível socioeconômico - O IDEB apresenta uma grande correlação com o Nível Socioeconômico (NSE), indicando que as escolas com o maior índice tendem a ter melhores resultados da avaliação, ou seja, pode refletir mais na questão familiar do que na eficácia da gestão pedagógica da escola.

Também no artigo de Silva, Vieira e Santos (2019), intitulado como “O IDEB e as Políticas Públicas Educacionais: estratégias, efeitos e consequências”, os autores pesquisaram qual foi o impacto do IDEB no contexto escolar do município de Messias - AL, e constataram que: 1) houve estratégias gerencialistas e competitivas (premiações e divulgação do resultado para estabelecer o alcance das metas); 2) quanto a desigualdade e exclusão, assim como Soares e Xavier (2013), eles também criticaram que os estudantes com níveis socioeconômicos inferiores e dificuldades são negligenciados, fazendo com que haja uma exclusão desses discentes e; 3) a redução do currículo, pois as disciplinas de humanas são postas de lado, inferiorizando a formação dos alunos.

O IDEB segue como uma importante referência para a avaliação da qualidade da educação básica no Brasil, fornecendo dados fundamentais para a formulação de políticas educacionais e para o monitoramento do progresso educacional do país ao longo do tempo. Seu papel diante dos esforços de melhoria da educação para todos os brasileiros é indiscutível, tornando-o, sob muitos aspectos, principalmente, de ordem política, uma ferramenta essencial para a produção de políticas educacionais com foco na qualidade, mas que para tais ações, é necessário que haja efetivamente o monitoramento de todo o seu aparato e questões. Mas claro, o IDEB não deve ser apenas o único instrumento para aferir a qualidade da educação, já que sua base é feita apenas tendo como base as notas padronizadas de português e matemática, deixando de lados outras pragmáticas importantes.

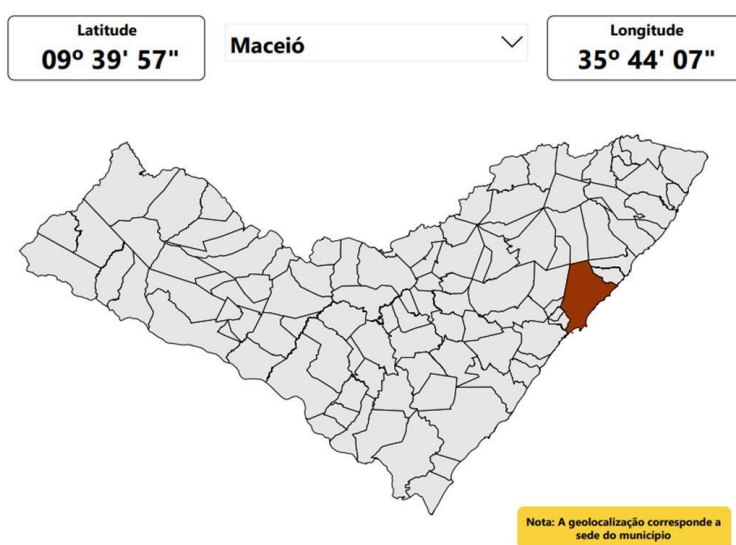
3. O CONTEXTO IDEB EM MACEIÓ-AL

Para a compreensão das questões que imperam no ambiente extraescolar, é necessário compreender as informações do município de Maceió, para fins de contextualização sobre: territórios, segurança, questões educacionais, indicadores de desempenho, socioeconômicos e demográficos. Maceió está localizada no litoral do Nordeste do Brasil. Situada no estado de Alagoas, é caracterizada pelo relevo de plano a ondulado, está situada a uma altitude de 16 metros acima do nível do mar, sua densidade demográfica é descrita com 509,32 km², sendo o 10º município em extensão de Alagoas, e a 18ª capital brasileira nesse quesito, possui 957.916 habitantes de acordo com

último censo do IBGE 2022 (equivalente a 1,880,77 habitantes por m²), esse valor é cerca de 30,6% da população estadual.

Maceió e Alagoas possuem características únicas que refletem tanto suas belezas naturais quanto os desafios sociais e econômicos. A cidade de Maceió se destaca como um polo turístico e cultural, enquanto Alagoas trabalha para melhorar seus índices de segurança, educação e desenvolvimento econômico. Investimentos contínuos em políticas públicas são essenciais para garantir um futuro próspero para a região e sua população.

Figura 1 - Localização de Maceió



Fonte: Google Imagens - 2025

O território de Maceió está dividido em 50 bairros, que por sua vez, compõem as regiões administrativas (RA's), divididas em oito grupos, sendo: 1) Poço, Jaraguá, Ponta da Terra, Pajuçara, Ponta Verde, Jatiúca e Mangabeiras; 2) Centro, Pontal da Barra, Trapiche da Barra, Prado, Ponta Grossa, Levada e Vergel do Lago; 3) Farol, Pitanguinha, Pinheiro, Gruta de Lourdes, Canaã, Santo Amaro, Jardim Petrópolis e Ouro Preto; 4) Bebedouro, Chã de Bebedouro, C. de Jaqueira, Bom Parto, Petrópolis, Sta. Amélia, Fernão Velho, Rio novo e Mutange; 5) Jacintinho, Feitosa, Barro Duro, Serraria e São Jorge; 6) Benedito Bentes e Antares; 7) Santos Dumont, Clima Bom, Cidade Universitária, Santa Lúcia e Tabuleiro dos Martins e 8) Jacarecica, Garça Torta, Cruz das Almas, Riacho Doce, Pescaria e Ipioca.

Figura 2 - Regiões administrativas de Maceió



Fonte: Google Imagens - 2024

Para que houvesse uma melhor compreensão, os dados do IDEB foram agrupados em uma planilha básica com os dados por escola dos anos finais (do 6º ao 9º ano), com um ranking por notas (índices com média crescente e decrescente), das 20 escolas que têm o fundamental II. As escolas foram agrupadas por Região Administrativa (RA) e, colocando, respectivamente, o bairro, o recorte metodológico não é apenas quantitativo, mas também qualitativo, orientando a análise para fatores estruturais que atravessam o cotidiano escolar. Diante do exposto, foi possível analisar as seguintes escolas como variáveis:

Tabela 1: Escolas municipais do fundamental II analisadas com notas I

ESCOLA	RA	IDEB 2021	IDEB 2023	MÉDIA DE 2023 X 2021	BAIRRO
ESCOLA MUNICIPAL PROF M DE LOURDES BEZERRA	R1	-	-	NÃO PONTUOU IDEB 2023	MANGABEIRAS
ESCOLA MUNICIPAL SILVESTRE PERICLES	R2	-	4,7	0,3	PONTAL DA BARRA
ESCOLA MUNICIPAL PRF ANTIDIO VIEIRA	R2	-	3,9	-0,8	TRAPICHE
ESCOLA MUNICIPAL PIO X	R2	-	3,7	-0,6	PRADO

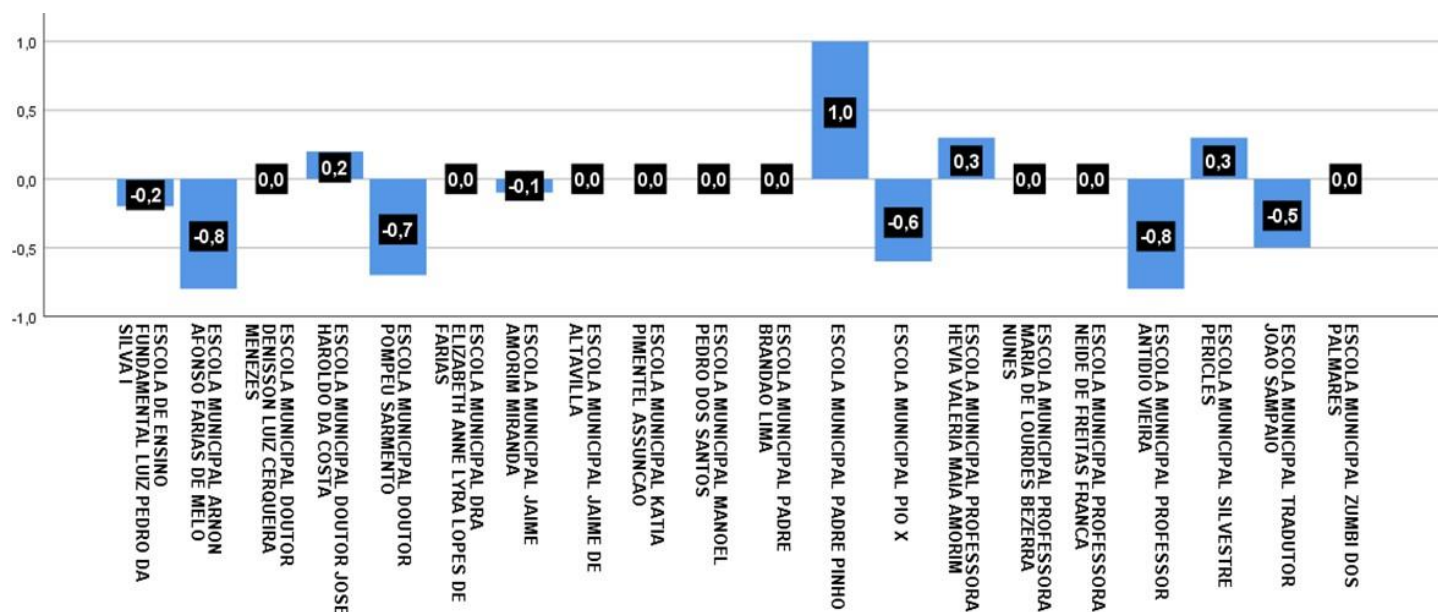
ESCOLA MUNICIPAL TRADUTOR JOAO SAMPAIO	R4	-	4,4	-0,5	PETROPOLIS
ESCOLA DE E F LUIZ PEDRO DA SILVA I	R4	-	3,9	-0,2	PETROPOLIS
ESCOLA MUNICIPAL ARNON AFONSO FARIAS DE MELO	R5	4,3	4,1	-0,8	JACINTINHO
ESCOLA MUNICIPAL DOUTOR POMPEU SARMENTO	R5	-	3,9	-0,7	BARRO DURO
ESCOLA MUNICIPAL KATIA PIMENTEL ASSUNCAO	R5	4	-	NÃO PONTUOU IDEB 2023	JACINTINHO
ESCOLA MUNICIPAL DRA ELIZABETH ANNE LYRA LOPES DE FARIAS	R6	-	-	NÃO PONTUOU IDEB 2023	BENEDITO BENTES
ESCOLA MUNICIPAL PADRE BRANDAO LIMA	R6	-	5,2	NÃO PONTUOU IDEB 2023	BENEDITO BENTES
ESCOLA MUNICIPAL DOUTOR JOSE HAROLDO DA COSTA	R7	5	4,7	0,2	TABULEIRO DOS MARTINS
ESCOLA MUNICIPAL JAIME DE ALTAVILLA	R7	-	-	NÃO PONTUOU IDEB 2023	SANTA LÚCIA
ESCOLA MUNICIPAL MANOEL	R7	-	-	NÃO PONTUOU IDEB 2023	SANTOS DUMONT
ESCOLA MUNICIPAL ZUMBI DOS PALMARES	R7	-	-	NÃO PONTUOU IDEB 2023	CLIMA BOM
ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA HEVIA VALERIA MAIA AMORIM	R7	-	4,6	0,3	TABULEIRO DOS MARTINS
ESCOLA MUNICIPAL DOUTOR DENISSON LUIZ CERQUEIRA MENEZES	R7	-	-	NÃO PONTUOU IDEB 2023	TABULEIRO DOS MARTINS
ESCOLA MUNICIPAL JAIME AMORIM MIRANDA	R7	-	3,9	-0,1	TABULEIRO DOS MARTINS
ESCOLA MUNICIPAL PADRE PINHO	R8	4,6	4,1	1	CRUZ DAS ALMAS
ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA NEIDE DE FREITAS	R8	-	-	NÃO PONTUOU IDEB 2023	IPIOCA

Fonte: Elaborador pelo autor segundo os dados do Censo Escolar

4. ANÁLISE IDEB MACEIÓ: ENSINO FUNDAMENTAL II (2021 E 2023)

A análise das escolas que não alcançaram a meta do IDEB 2021 com as notas registradas em 2023 revela um conjunto de desafios e reflexões a serem feitos, que se distribuem por diversas regiões administrativas de Maceió. A defasagem entre o desempenho esperado e o efetivamente alcançado pode apontar tanto para dificuldades persistentes quanto para a necessidade de ações específicas por parte das gestões escolares e dos órgãos educacionais. Algumas unidades apresentaram pequenas variações negativas, enquanto outras exibiram variações e baixas mais agressivas, indicando realidades internas muito distintas, os gráficos 1, 2 e a tabela 1 nos mostram algumas nuances desses parâmetros.

Gráfico 1: IDEB x Meta - Escolas anos finais do fundamental - 2023



Fonte: MEC/INEP, elaborado pelo autor

A análise da diferença entre a média do IDEB 2023 e a meta projetada para 2021, considerando a tabela revisada, revela um quadro complexo e marcado por disparidades significativas entre as regiões administrativas de Maceió. Um primeiro ponto crítico diz respeito ao grande número de escolas que não pontuaram no IDEB 2023, como Maria de Lourdes Bezerra Nunes (R1), Kátia Pimentel Assunção (R5), Dra. Elizabeth Anne Lyra Lopes de Farias (R6), Manoel Pedro dos Santos (R7), Zumbi dos Palmares (R7) e Neide de Freitas França (R8). A ausência de nota não apenas inviabiliza a análise comparativa, como também denuncia fragilidades estruturais na participação dos estudantes no SAEB, seja por evasão, absenteísmo ou problemas organizacionais internos. Nesse sentido, o IDEB evidencia uma limitação metodológica importante: escolas sem participação suficiente simplesmente “somem” do indicador, o que oculta parte do problema e impede diagnósticos completos, como a Secretaria Municipal de Educação tem reagido para melhorar esse quadro?

Entre as escolas que registraram nota, observa-se um conjunto de unidades com diferenças negativas expressivas, sinalizando retrocesso diante das metas estabelecidas. Na RA 2, a Escola Municipal Silvestre Péricles apresentou queda de -0,3, revelando fragilidades mesmo em regiões onde a estrutura física é relativamente mais consolidada. Já na RA 5, a situação ganha contornos ainda mais sensíveis: a Escola Municipal Arnon Afonso Farias de Melo

registrou -0,8 uma das maiores diferenças negativas, enquanto a Doutor Pompeu Sarmiento apresentou -0,7, indicando instabilidade e dificuldades persistentes na aprendizagem. Na RA 7, a Professora Hévía Valéria, com -0,3, reforça o padrão de queda.

Há ainda três escolas que merecem atenção especial por apresentarem queda real de nota entre 2021 e 2023, o que reforça o alerta sobre o desempenho escolar: 1) Escola Doutor José Haroldo da Costa (R7), que caiu de 5,0 para 4,7; 2) Escola Professora Hévía Valéria (R7), que passou de 4,6 para 4,3 e 3) Escola Silvestre Péricles (R2), que recuou de 4,7 para 4,4.

Essas reduções não apenas distanciam as escolas de suas metas, como também evidenciam problemas contínuos no processo de ensino. Embora algumas unidades apresentem diferenças positivas, como aumentos de 0,5 a 1 ponto (caso de Padre Pinho, R8), é importante destacar que crescimentos pequenos não significam avanço estrutural ou de aprendizagem, sobretudo quando partem de bases frágeis e continuam distantes das metas previstas. A oscilação entre aumentos mínimos e quedas expressivas pode reforçar a instabilidade do desempenho escolar na rede municipal.

A combinação entre escolas sem pontuação, unidades com queda e metas não alcançadas revela que os desafios da rede municipal vão além de variações numéricas: envolvem gestão, formação docente, acompanhamento das aprendizagens e condições socioeconômicas dos territórios. A discrepância entre metas e resultados reforça a necessidade de políticas educacionais mais sólidas, de monitoramento contínuo.

Em suma, a análise das escolas que não alcançaram a meta evidencia um panorama que combina ausência de dados, quedas acentuadas e insuficiências generalizadas. A crítica aqui não se dirige apenas às unidades escolares, mas a um possível conjunto de fatores que podem influenciar os resultados: falta de estrutura, fragilidade da gestão, rotatividade docente, vulnerabilidade socioeconômica dos territórios e insuficiência de políticas de acompanhamento.

A leitura dos dados revela um aspecto extremamente preocupante: das 20 escolas de Ensino Fundamental II da rede municipal de Maceió, apenas 12 pontuaram no IDEB 2023. Esse dado, por si só, já demonstra uma fragilidade profunda na capacidade avaliativa da rede, pois cerca de 40% das escolas simplesmente não geraram resultado não por desempenho baixo, mas por talvez

uma ausência de participação na prova do SAEB. Essa realidade transita entre as falhas graves na gestão escolar, na mobilização de estudantes e na organização interna das unidades.

Quando quase metade das escolas não entra no cálculo do IDEB, perde-se a possibilidade de um diagnóstico real das aprendizagens e compromete-se a construção de políticas públicas eficazes. Além disso, essa ausência escancara a limitação do próprio IDEB como indicador: ele depende completamente da presença e participação dos alunos, e quando essa participação falha, a escola desaparece das estatísticas, criando um “vazio” avaliativo que mascara a verdadeira dimensão dos desafios enfrentados pela rede. Assim, torna-se basicamente um duplo problema, pois redistribui-se a responsabilidade entre o instrumento avaliativo e a capacidade das escolas de garantir participação plena.

Essa baixa taxa de pontuação também impede comparações consistentes com metas e projeções anteriores, prejudicando a continuidade das análises e o monitoramento das ações pedagógicas. A falta de dados nas oito escolas que não pontuaram impede que gestores identifiquem se houve avanço, estagnação ou retrocesso, dificultando intervenções direcionadas. Isso evidencia que, para além da melhoria dos resultados, Maceió precisa garantir que suas escolas estejam minimamente aptas a participar do processo avaliativo.

A ausência de monitoramento contínuo e estruturado das políticas públicas educacionais em Maceió fica evidente quando observamos os resultados do IDEB 2023, especialmente considerando que apenas 12 das 20 escolas de Ensino Fundamental II pontuaram. É possível observar uma lacuna que não se reduz apenas a um problema técnico, mas a um tipo de rompimento do ciclo básico de formulação, implementação e avaliação das políticas, exatamente como descreve Nardone (2024), ao afirmar que uma política pública só avança quando acompanhada por processos sistemáticos de monitoramento e controle. Quando quase metade das escolas simplesmente não produz dados, isso significa que a gestão pública perdeu a capacidade de acompanhar a execução das ações educacionais em tempo real, impossibilitando ajustes e correções de rumo àquilo que o autor chama de controle preventivo, simultâneo e proativo.

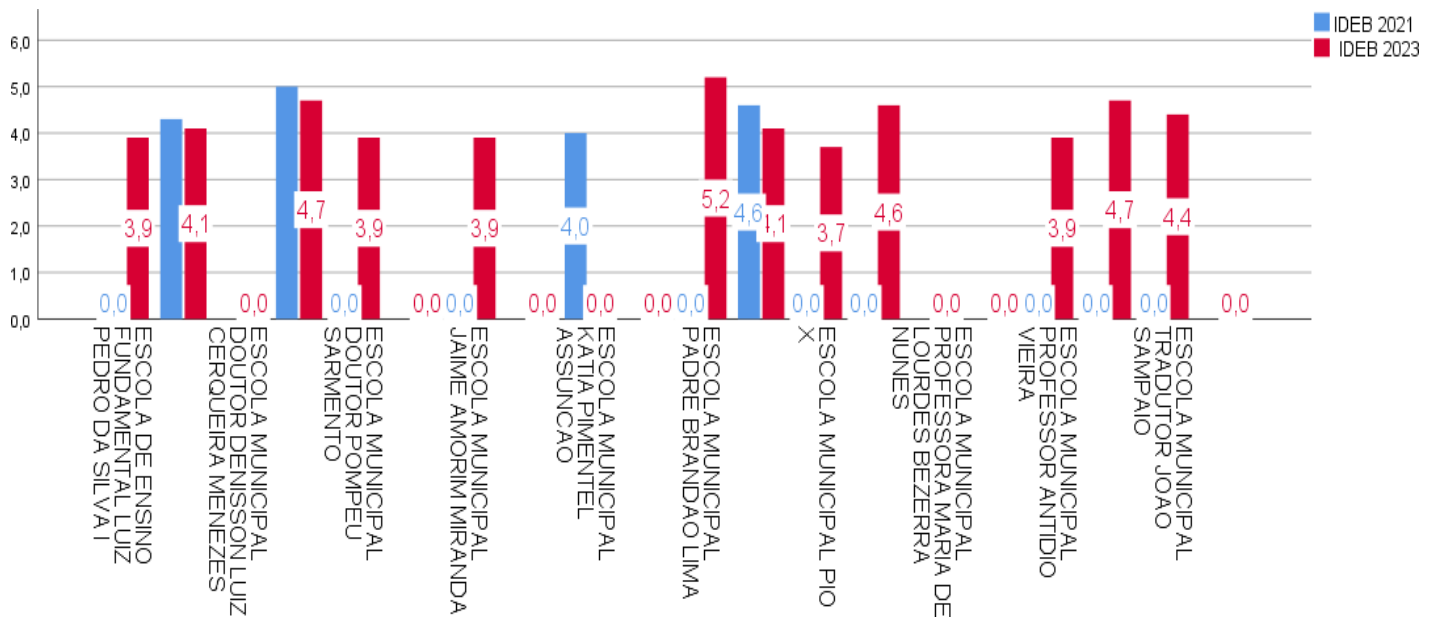
O IDEB, enquanto indicador nacional, depende diretamente da participação dos estudantes no SAEB e da regularidade administrativa da escola.

Assim, quando uma escola não pontua, não é apenas um problema da avaliação: é um sinal claro de que a política pública não está sendo monitorada adequadamente. A gestão deve garantir que todos os alunos sejam mobilizados, pois políticas implementadas sem monitoramento tendem a se fragmentar, desperdiçar recursos e gerar resultados desconexos da realidade social que deveriam transformar.

Para além disso, a própria lógica do IDEB se torna problemática quando aplicada sem monitoramento contínuo. Se a rede não acompanha a execução das políticas durante o ciclo, o resultado do IDEB aparece como uma fotografia tardia, que escancara falhas que poderiam ter sido corrigidas antes. A prova disso são as escolas que apresentaram queda nas notas, como a Doutor José Haroldo da Costa, a Professora Hévila Valéria e a Silvestre Péricles. Essas escolas representam sintomas de um sistema que não está sendo ajustado ao longo do percurso. Se houvesse monitoramento efetivo, com indicadores intermediários, diagnósticos contínuos e controle próximo, a queda poderia ter sido identificada antes e mitigada com ações pedagógicas direcionadas.

Portanto, a crítica central que emerge do cruzamento entre os dados do IDEB e os fundamentos teóricos de monitoramento é clara: Maceió falha não apenas no resultado, mas no processo. As escolas sem nota evidenciam a ausência de critérios básicos de acompanhamento; e as escolas com queda revelam a falta de intervenções tempestivas; e o próprio IDEB, isolado, mostra-se insuficiente quando não sustentado por políticas públicas devidamente monitoradas e avaliadas. Sem controle desde a formulação, a política educacional corre o risco de se tornar apenas um conjunto de ações desconexas, sem impacto real, incapaz de oferecer respostas à sociedade e de produzir transformações efetivas na aprendizagem dos estudantes.

Gráfico 2: Série IDEB bianual - Escolas anos finais do fundamental - 2021 x 2023



Fonte: MEC/INEP, elaborado pelo autor

Ainda observando o gráfico 2, é possível observar alguns padrões importantes na comparação entre o IDEB 2021 e o IDEB 2023 das escolas municipais de Ensino Fundamental II. O primeiro aspecto evidente é o grande número de escolas com IDEB 2023 igual a zero, ou seja, escolas que não pontuaram no último ciclo da avaliação. No gráfico, essas barras vermelhas zeradas se repetem em unidades como Luiz Pedro da Silva I, Doutor Pompeu Sarmiento, Jaime Amorim Miranda, Kátia Pimentel Assunção, Padre Brandão Lima, Professora Maria de Lourdes Bezerra Nunes, Professor Antídio Vieira e Tradutor João Sampaio. Esse padrão confirma que quase metade das escolas analisadas sequer gerou dados em 2023.

Entre as escolas que tiveram pontuação nos dois ciclos, o gráfico evidencia quedas pontuais de desempenho, como nas escolas Doutor José Haroldo da Costa, Professora Hévila Valéria Maia e Silvestre Péricles, que apresentaram redução entre 2021 e 2023. Essas quedas são visualmente perceptíveis nas barras, onde o azul mais alto em 2021 e o vermelho mais baixo em 2023, o que nos faz refletir se houve algum tipo de interrupção no processo pedagógico, descontinuidade de políticas internas ou algum outro tipo de impacto sobre o aprendizado.

Também se observa que algumas escolas tiveram crescimento moderado, como o caso de Padre Pinho, que aparece com barra vermelha superior à azul, mas esse aumento, embora numericamente positivo, não é expressivo o suficiente para alterar o quadro geral de baixo desempenho. Do ponto de vista pedagógico, variações pequenas, como de 0,5 ou 1 ponto, como mencionado na discussão anterior, não representam um avanço substantivo.

Em síntese, o gráfico reforça três elementos centrais da análise: 1) A grande fragilidade do sistema municipal em garantir participação plena das escolas na avaliação; 2) Presença de quedas reais em algumas unidades que já vinham de trajetórias mais estáveis; e 3) a limitação do crescimento observado, insuficiente para caracterizar melhoria estrutural.

Além disso, Maceió não aparece entre as 30 escolas de maior IDEB do Nordeste, lista dominada pelo Ceará, seguido por municípios alagoanos de menor porte, como Coruripe, Teotônio Vilela e União dos Palmares. Isso indica uma dificuldade estrutural da capital em converter seu maior orçamento, sua rede extensa e suas condições urbanas em resultados educacionais concretos. A discrepância entre Maceió e municípios vizinhos com maior sucesso revela problemas de gestão pedagógica, continuidade das políticas públicas, formação docente e articulação entre escolas e Secretaria Municipal de Educação, observe a tabela 1, para uma melhor compreensão, as informações do ranking Nordeste foram simplificadas para a tabela não ficar tão extensa. Os dados catalogados na tabela 1, evidenciam um cenário preocupante para a capital alagoana: Maceió não aparece entre os 30 municípios com melhores resultados no IDEB no Nordeste, revelando um desempenho inferior ao esperado quando comparado a municípios de menor porte que obtiveram resultados expressivos. Tal constatação reforça que a disponibilidade de recursos e a condição de capital, por si só, não garantem melhores indicadores educacionais.

Tabela 2: IDEB escolas municipais Nordeste - 2023

ESCOLA	UF	MUNICÍPIO	ESCOLA	IDEB 2023
1º	CE	Pires Ferreira	EEMTI FRANCISCO FERREIRA SANTIAGO	9,3

2º	CE	Sobral	ETI JOSE PEREGRINO DE VASCONCELOS	9,3
3º	AL	Santana do Mundaú	ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL ABSOLON CORREIA DE MELO	9,3
4º	AL	Santana do Mundaú	ESC DE ENS FUND E MEDIO MONS CLOVIS DUARTE DE BARROS	9,3
5º	AL	Santana do Mundaú	ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL PEQUENO PRINCIPE	9,3
6º	CE	Pires Ferreira	EEMTI ALZIRA MARIA DE ARAUJO	9,2
26º	CE	Sobral	ETI MARIA DE FATIMA SOUZA SILVA	8,6
27º	CE	Sobral	ETI FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA	8,6
28º	CE	Tamboril	FRANCISCO LUCIO EMEIF	8,6
29º	AL	União dos Palmares	ESCOLA MUNICIPAL LAURA PEREIRA DA SILVA	8,6
30º	CE	Ararendá	EEF 21 DE DEZEMBRO	8,5

Fonte: MEC/INEP, elaborado pelo autor

Segundo Souza (2006), políticas públicas devem ser compreendidas como processos contínuos que envolvem formulação, implementação, monitoramento e avaliação. Nesse sentido, os resultados apresentados apontam para possíveis fragilidades na implementação e monitoramento das políticas educacionais em Maceió, sugerindo dificuldades na conversão de diretrizes e recursos em práticas efetivas de melhoria da aprendizagem.

Capella (2007) destaca que a formulação de políticas públicas depende da articulação entre atores, ideias e instituições, de modo que a ausência de Maceió no ranking pode indicar limitações na coordenação das políticas educacionais e na capacidade institucional para promover avanços consistentes no ensino fundamental. Assim, torna-se evidente a necessidade de estratégias de gestão mais assertivas e integradas, capazes de responder às demandas educacionais locais.

Para que tenhamos um pouco mais de reflexão e arcabouço, é importante pensarmos em qual lugar do ranking Nordeste as escolas municipais dos anos finais de Maceió estão. Mas como cheguei nesse ranking? Bem, através das planilhas do MEC/INEP, cataloguei e separei as escolas apenas do Nordeste, observando as escolas dos anos finais, as quais são foco de análise deste trabalho, fazendo um ranking conforme as médias, e ocultando também as que não pontuaram pela falta de alunos e outras problemáticas (vide nota técnica do IDEB).

Tabela 3: Colocação das escolas municipais anos finais analisadas do ranking IDEB Nordeste – 2023

ESCOLA	RANKING
ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA MARIA DE LOURDES BEZERRA NUNES	SEM RANKING
ESCOLA MUNICIPAL SILVESTRE PERICLES	3382º
ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR ANTIDIO VIEIRA	6384º
ESCOLA MUNICIPAL PIO X	7090º
ESCOLA MUNICIPAL TRADUTOR JOAO SAMPAIO	4478º
ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL LUIZ PEDRO DA SILVA I	6385º
ESCOLA MUNICIPAL ARNON AFONSO FARIAS DE MELO	5620º
ESCOLA MUNICIPAL DOUTOR POMPEU SARMENTO	6383º
ESCOLA MUNICIPAL KATIA PIMENTEL ASSUNCAO	SEM RANKING
ESCOLA MUNICIPAL DRA ELIZABETH ANNE LYRA LOPES DE FARIAS	SEM RANKING
ESCOLA MUNICIPAL PADRE BRANDAO LIMA	SEM RANKING
ESCOLA MUNICIPAL DOUTOR JOSE HAROLDO DA COSTA	3381º
ESCOLA MUNICIPAL JAIME DE ALTAVILLA	SEM RANKING
ESCOLA MUNICIPAL MANOEL PEDRO DOS SANTOS	SEM RANKING
ESCOLA MUNICIPAL ZUMBI DOS PALMARES	SEM RANKING
ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA HEVIA VALERIA MAIA AMORIM	3737º
ESCOLA MUNICIPAL DOUTOR DENISSON LUIZ CERQUEIRA MENEZES	SEM RANKING
ESCOLA MUNICIPAL JAIME AMORIM MIRANDA	SEM RANKING
ESCOLA MUNICIPAL PADRE PINHO	SEM RANKING
ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA NEIDE DE FREITAS FRANCA	SEM RANKING

Fonte: MEC/INEP, elaborado pelo autor

A análise do ranking do IDEB Nordeste, constata-se um cenário preocupante para as escolas, mesmo entre as escolas que aparecem no ranking, as posições são extremamente elevadas, muitas acima de 6.000 e chegando a ultrapassar 7.000, demonstrando desempenho muito abaixo do esperado quando comparadas ao conjunto de escolas do Nordeste. Franco (2001), argumenta que as falhas sejam elas de participação, amostragem e coleta de dados do SAEB, podem comprometer a possibilidade de monitoramento do sistema educacional, unidades como a Escola Municipal Pio X, Professor Antídio Vieira, Luiz Pedro da Silva I e Jaime Amorim Miranda figuram entre as piores colocações. Mesmo as escolas relativamente “melhores” ranqueadas, como Silvestre Pércles e Doutor José Haroldo da Costa, ainda ocupam posições distantes das primeiras colocadas, o que confirma que Maceió não possui nenhuma escola entre os destaques regionais.

Ainda mais crítica é a situação das escolas que sequer aparecem no ranking, classificadas como “SEM RANKING”. Esse grupo significativo inclui unidades como Maria de Lourdes Bezerra Nunes, Kátia Pimentel Assunção, Padre Brandão Lima, Manoel Pedro dos Santos, Zumbi dos Palmares e Neide de Freitas França. A ausência de dados no IDEB 2023 é um indicativo de problemas graves de participação no SAEB, insuficiência de alunos avaliados ou inconsistências administrativas que impedem a geração de resultados. Essa falta de informação compromete o monitoramento da qualidade educacional e impossibilita o acompanhamento longitudinal das políticas públicas, tornando invisíveis os desafios dessas escolas dentro do sistema de avaliação.

5. PROBLEMÁTICAS DO PROGRAMA SE LIGA NO IDEB MUNICIPAL

No texto “A política educacional de Maceió em tempos de gerencialismo”, Adelson (2021) mostra que, ao longo dos últimos anos, Maceió incorporou discursos e ferramentas típicas da gestão pública gerencial, marcada pela lógica empresarial aplicada ao setor educacional. Isso inclui o uso intensivo de avaliações externas, estabelecimento de metas, monitoramento constante e responsabilização das escolas pelos resultados. Segundo o autor, esse processo redefine não apenas as práticas, mas também os sentidos atribuídos à educação e ao trabalho docente, substituindo perspectivas formativas por uma

racionalidade focada em produtividade, desempenho e competição entre escolas.

Nesse contexto, o Se Liga no IDEB surge como uma expressão concreta dessa política: mobiliza ações concentradas, aulas, formações emergenciais e estratégias de engajamento voltadas prioritariamente para elevar as notas no IDEB, reforçando o papel do indicador como “bússola” da qualidade educacional. Embora tais ações produzam mobilização e visibilidade, elas também refletem uma lógica de curto prazo, orientada por resultados imediatos, que tende a silenciar debates estruturais sobre desigualdade, condições de trabalho docente e precariedade das escolas.

Figura 3 - Se Liga no IDEB 2023



Fonte: <https://www.tnh1.com.br/noticia/nid/se-liga-no-ideb-diversao-e-muito-conteudo-marcam-ultimo-dia-de-aulao-para-alunos-da-rede-municipal-de-maceio/>

Assim, a política educacional de Maceió, quando observada à luz do gerencialismo, evidencia uma tensão central: de um lado, o discurso de modernização, eficiência e melhoria da qualidade; de outro, os riscos de reduzir a educação à performatividade, ignorando processos formativos mais amplos. O Se Liga no IDEB, portanto, exemplifica como a gestão municipal tem reproduzido práticas mais “empresariais” que buscam elevar indicadores, mas que pouco alteram as estruturas que produzem desigualdades, esquecendo do básico, o monitoramento efetivo.

6. FLUXO ESCOLAR: ARTICULAÇÕES ENTRE AS TAXAS DE RENDIMENTO E O IDEB - 2023

A análise das taxas de aprovação, reprovação e abandono das escolas de Ensino Fundamental II da rede municipal de Maceió, referentes ao 9º ano, aprofunda e reforça reflexões e apontamentos já discutidos acerca do IDEB,

especialmente no que diz respeito às discrepâncias entre desempenho, participação e cumprimento das metas. Esses indicadores internos, quando confrontados com a oscilação observada no IDEB, revelam um cenário de possível inconsistência tanto na aprendizagem quanto na capacidade das escolas de compor a amostra mínima necessária para a avaliação do SAEB. Assim, a articulação entre fluxo escolar e desempenho externo emerge como elemento fundamental para compreender as limitações diagnósticas da rede municipal.

Em diversas unidades escolares, verifica-se que altas taxas de aprovação coexistem com resultados baixos ou decrescentes no IDEB, conforme já problematizado na discussão sobre o retrocesso de escolas como Dr. José Haroldo da Costa, Hévia Valéria e Silvestre Péricles. A aprovação elevada não reflete, necessariamente, aprendizagem consolidada, mas pode indicar progressão continuada sem o devido acompanhamento pedagógico. Esse fenômeno reforça o argumento de Franco (2001) de que o sistema de avaliação nacional mensura o desempenho, mas não explica os processos internos das escolas, invisibilizando práticas que resultam em aprovação descolada do desenvolvimento efetivo de competências.

Por outro lado, escolas com taxas de reprovação superiores a 15%, como Silvestre Péricles e Professor Antídio Vieira, evidenciam fragilidade no processo de ensino que repercute diretamente nos resultados do IDEB pois as oscilações (avanços e queda) não apenas interrompem trajetórias de aprendizagem, como também reduz o número de alunos concluintes aptos a participar do SAEB, afetando a representatividade dos resultados das avaliações em larga escala.

Outro ponto fundamental é a incidência de altas taxas de abandono, especialmente em escolas como Zumbi dos Palmares, Maria de Lourdes Bezerra Nunes e Dra. Elizabeth Anne Lyra Lopes de Farias, cujos percentuais se aproximam ou ultrapassam os 20%. Esse padrão dialoga diretamente com as questões tratadas sobre as escolas sem pontuação no IDEB 2023, onde foram evidenciadas oito unidades escolares da rede municipal que não produziram notas válidas. O abandono escolar reduz a amostra, inviabiliza a geração de dados e produz um “apagamento estatístico” que mascara a realidade das desigualdades educacionais. Assim, a evasão torna-se um dos fatores estruturantes da ausência de pontuação, reforçando a ideia de que não se trata

apenas de baixo desempenho, mas de incapacidade de manter estudantes na escola até o final do ciclo.

Tabela 4: Taxas de rendimento escolas municipais anos finais - 2023

ESCOLA	APROVAÇÃO	REPROVAÇÃO	ABANDONO
		9º Ano	
ESCOLA MUNICIPAL ARNON AFONSO FARIAS DE MELO	81,3	18,7	0,0
ESCOLA MUNICIPAL DOUTOR POMPEU SARMENTO	86,0	13,2	0,8
ESCOLA MUNICIPAL DOUTOR JOSE HAROLDO DA COSTA	99,0	0,0	1,0
ESCOLA MUNICIPAL PADRE PINHO	87,0	8,0	5,0
ESCOLA MUNICIPAL SILVESTRE PERICLES	84,6	15,4	0,0
ESCOLA MUNICIPAL JAIME DE ALTAVILLA	--	--	--
ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR ANTIDIO VIEIRA	84,9	15,1	0,0
ESCOLA MUNICIPAL KATIA PIMENTEL ASSUNCAO	83,6	7,1	9,3
ESCOLA MUNICIPAL MANOEL PEDRO DOS SANTOS	--	--	--
ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA MARIA DE LOURDES BEZERRA NUNES	82,6	8,7	8,7
ESCOLA MUNICIPAL ZUMBI DOS PALMARES	64,9	13,5	21,6
ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA NEIDE DE FREITAS FRANCA	83,3	16,7	0,0
ESCOLA MUNICIPAL TRADUTOR JOAO SAMPAIO	93,8	3,1	3,1
ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL LUIZ PEDRO DA SILVA I	100,0	0,0	0,0
ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA HEVIA VALERIA MAIA AMORIM	100,0	0,0	0,0
ESCOLA MUNICIPAL DRA ELIZABETH ANNE LYRA LOPES DE FARIAS	78,9	2,6	18,5
ESCOLA MUNICIPAL DOUTOR DENISSON LUIZ CERQUEIRA MENEZES	--	--	--
ESCOLA MUNICIPAL PADRE BRANDAO LIMA	97,4	0,0	2,6
ESCOLA MUNICIPAL PIO X	91,7	2,8	5,5
ESCOLA MUNICIPAL JAIME AMORIM MIRANDA	90,9	2,7	6,4

Fonte: MEC/INEP, Censo Escolar

A articulação entre o fluxo escolar e os resultados do IDEB 2023 permite compreender que as altas taxas de aprovação, reprovação elevadas, abandono e escolas sem dados evidencia que o sistema opera com fortes assimetrias internas, que impactam tanto a aprendizagem quanto a capacidade avaliativa do SAEB. Para além da melhoria das notas, é necessário fortalecer mecanismos de monitoramento, assegurar permanência estudantil, aprimorar as práticas de gestão e qualificar intervenções pedagógicas, de modo a construir condições reais para que as escolas atendam plenamente às metas estabelecidas e

avancem em direção a uma educação “equitativa”, mas que reforce a melhoria do sistema educacional municipal de Maceió.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A capital alagoana enfrenta desafios estruturais que ultrapassam a dimensão avaliativa e revelam limitações no campo das políticas públicas educacionais. A ausência de pontuação em quase metade das escolas analisadas, aliada às quedas verificadas em unidades que tradicionalmente pontuavam, demonstra que o problema não está apenas no desempenho acadêmico, mas também na própria capacidade da rede de assegurar condições básicas para participação na avaliação, permanência estudantil e continuidade das ações pedagógicas. Os dados mostram que a elevação do IDEB não depende exclusivamente de ações pontuais, como aulões, mobilizações sazonais ou estratégias voltadas apenas para o momento da prova, mas, sobretudo, de políticas consistentes de formação docente, gestão escolar qualificada, acompanhamento sistemático das aprendizagens e intervenções pedagógicas planejadas ao longo de todo o ciclo escolar. A literatura analisada reforça que políticas gerencialistas, quando descoladas de ações estruturais e de mecanismos sólidos de monitoramento, tendem a produzir resultados imediatistas, porém insuficientes para transformar a realidade educacional.

O estudo evidencia, ainda, que desigualdades socioeconômicas e vulnerabilidades territoriais são fatores determinantes para o desempenho das escolas. Regiões com maior precariedade de infraestrutura urbana e maior vulnerabilidade social apresentam maiores índices de abandono, reprovação e ausência de dados, o que indica que a política educacional municipal precisa dialogar de forma mais efetiva com políticas de assistência social, saúde, monitoramento, segurança e cultura. Conclui-se, portanto, que o IDEB deve ser compreendido como um importante instrumento diagnóstico, mas não pode ser o único parâmetro de qualidade educacional. Maceió necessita fortalecer seu sistema de monitoramento, qualificar a gestão pedagógica, ampliar a transparência dos dados, integrar ações e investir na análise e monitoramento dos indicadores como algo central da política educacional. Somente assim será possível garantir não apenas melhores indicadores, mas uma educação pública municipal verdadeiramente inclusiva e de qualidade para todos os estudantes.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. C.; DALBEN, A.; FREITAS, L. C. DE. **O Ideb: limites e ilusões de uma política educacional**. Educação & Sociedade, v. 34, n. 125, p. 1153-1174, out. 2013.

AZEVEDO, Jacy de Araújo. **Qualidade em Educação: relação entre o PDE-Escola e a evolução do índice de desenvolvimento da educação básica nas escolas públicas de Maceió**. 2013. 123 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2013.

BITTENCOURT, I. M. S. P. **Governança Pública: Efetividade da Gestão dos Municípios Alagoanos à Luz do Igm-Cfa**. Revista, 2021. Disponível em: <<https://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&profile=ehost&scope=sit e&authtype=crawler&jrnl=18066356&AN=148735518&h=5ykv11tOLX0pc8TwqH9vTSgbUaOW7mKOCKjll4NbZJezcCO%2BZN%2B%2BEd7ILAN8WqwXE%2F%2F%2F8VH%2BIVEbRqFtWQxuA%3D%3D&crl=c>>. Acesso em: 08 jan. 2024.

BONATTO, H. **A evolução dos gastos e a eficiência das políticas públicas de educação e saúde da microrregião de Paranaguá**, PR. Disponível em: <http://riut.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/4944>. Acesso em: 18 jan. 2025.

BORBA BARRETO, A. A. **A força do cargo**. Novos Rumos Sociológicos, 2020. Disponível em: <<https://revistas.ufpel.edu.br/index.php/sociologicos/article/view/3598>>. Acesso em: 10 out. 2023.

BRASIL. Decreto n. 6.094, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com municípios, Distrito Federal e estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando à mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 abr. 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm>. Acesso em: 11 mar. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep). Taxas de aprovação, reprovação e abandono: censo escolar da Educação Básica 2007 (nota técnica 003/2009). Brasília, DF: MEC/Inep, 2009a. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/download/censo/2009/NT_003_2009.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2024.

Capella, A. C. N. (2006). **Perspectivas teóricas sobre o processo de formulação de políticas públicas**. BIB - Revista Brasileira De Informação Bibliográfica Em Ciências Sociais, (61), 25-52.

CARDOSO, MLA. **Análise sobre a progressividade das principais políticas educacionais de 2016-2020: crescente rompimento estatal com a cooperação e colaboração veiculadas no Estado de Alagoas, a prática de doutrinação política**

e trajetória política do presidente durante a campanha eleitoral no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). 2021. Disponível em: <<https://bdm.ufpa.br/handle/prefix/4754>>. Acesso em: 12 dez. 2023.

CARVALHO, Cicero Pércles de. **Economia popular**: uma via de modernização para Alagoas. 7. ed. Maceió: EDUFAL, 2016.

CAVALCANTE, Maria do Socorro Aguiar de Oliveira. **Qualidade e cidadania nas reformas da educação brasileira**: o simulacro do discurso modernizador. Maceió: EDUFAL, 2007.

DIÓGENES, Elione Maria Nogueira. **Políticas Públicas de Educação**: concepções e pesquisas. Fortaleza: edições UFC, 2014.

DYE, Thomas D. **Understanding Public Policy**. Englewood Cliffs, N.J.: PrenticeHall. 1984.

FRANCO, C. O SAEB - Sistema de Avaliação da Educação Básica: potencialidades, problemas e desafios. **Revista Brasileira de Educação**, n. 17, p. 127-133, maio 2001.

FERNANDES, Reynaldo. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)**. Brasília/MEC/ INEP, 2007. p. 5 a 17.

FERREIRA, E. B. Políticas educativas no Brasil em tempo de crise. In: FERREIRA, E. B.; OLIVEIRA, D. A. (Orgs.). **Crise da escola e políticas educativas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

Field, A. (2009). **Descobrimo a estatística usando o SPSS**. Porto Alegre: Artmed.

FIGUEIREDO, Marcus. **Intenção de voto e propaganda política**: efeitos da propaganda eleitoral. *Mídia e Democracia*, Ano 14, 2º semestre 2007.

GASPAR, A. **Eleições 2020**: planos de Alfredo Gaspar e JHC para a educação de Maceió. Disponível em: <<https://g1.globo.com/al/alagoas/eleicoes/2020/noticia/2020/11/19/eleicoes-2020-planos-de-alfredo-gaspar-e-jhc-para-a-educacao-de-maceio.ghtml>>. Acesso em: 10 jul. 2025.

HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo Cesar Leão (Org.). **Políticas Públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007, 397 pp. ISBN 9788575411247.

INEP. Nota técnica: Metodologia utilizada para o estabelecimento das metas intermediárias para a trajetória do Ideb no Brasil, Estados, Municípios e Escolas. Inep 2007a. Disponível em: Acesso em: 12 set. 2022.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Sinopse Estatística da Educação Básica 2024. Brasília: Inep, 2025. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-basica>>. Acesso em: 15. jan. 2025.

NARDONE, J.P: **Monitoramento e Controle das Políticas Públicas a partir da sua formulação** | Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Sp.gov.br.

Disponível em: <<https://www.tce.sp.gov.br/6524-artigo-monitoramento-e-controle-politicas-publicas-partir-sua-formulacao>>.

Resultados. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Inep.** Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb/resultados>>. Acesso em: 12 jan. 2025.

RIBEIRO, Pedro Floriano. **Campanhas eleitorais em sociedades midiáticas.** Revista Sociologia Política, Curitiba, jun 2004, pp. 25-43.

SÁEZ, Manuel Alcántara. FREIDENBERG, Flavia. Partidos políticos na América Latina. Opinião Pública, Campinas, V. VIII, n. 2, pp. 137-157, 2002.

SANDES-FREITAS, Vitor. **Alianças contextuais ou nacionalizadas?** Análise das coligações nas eleições para prefeito em 2012. In: SPECK, Bruno; CARNEIRO, José Mario (orgs.). Candidatos, partidos e coligações nas eleições municipais de 2012. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2013.

SILVA, Givanildo da; VIEIRA, Alex; MARIA. O IDEB e as políticas públicas educacionais: estratégias, efeitos e consequências. **Revista Exitus**, v. 9, n. 1, p. 258-285, 2019. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-94602019000100258>. Acesso em: 19 nov. 2025.

SOARES, J. F.; XAVIER, F. P. **Pressupostos educacionais e estatísticos do Ideb.** Educação & Sociedade, v. 34, n. 124, p. 903-923, jul. 2013.

SOARES, José Francisco. CASTILHO, Erica Rodrigues. ERNICA, Mauricio. **IDEA - INDICADOR DE DESIGUALDADES E APRENDIZAGENS NOTA TÉCNICA.** Fundação Tide Satubal. 2019.

TRAVITZKI, R. **Qual é o grau de incerteza do Ideb e por que isso importa?** Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, v. 28, n. 107, p. 500-520, abr. 2020.

VÂNIA, Marilyn; HIRAKATA, Naomi; CAMEY, Suzi. **INTRODUÇÃO À ANÁLISE ESTATÍSTICA UTILIZANDO O SPSS 18.0 Porto Alegre -Setembro de 2010.** [s.l.: s.n., s.d.]. Disponível em: <http://www.mat.ufrgs.br/~camey/HCPA/cursos/Poligrafo%20-%20SPSS_Introducao%20F3rio.pdf>.